

PREFEITURA MUNICIPAL DE DERRUBADAS - RS
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO CULTURA E DESPORTO

PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

PREFEITO MUNICIPAL - MIRO MÜLBEIER
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - ANGELITA BOMM DOS SANTOS
REDAÇÃO ORGANIZAÇÃO – FÁTIMA DENES MORESCO
INÊS ERDMANN ROSSI

DERRUBADAS, NOVEMBRO DE 2006.

SUMÁRIO

LISTA DE FIGURAS	04
LISTA DE TABELAS	05
INTRODUÇÃO	06
HISTÓRICO	07
HISTÓRICO E CARACTERIZAÇÃO DA REDE MUNICIPAL E ESTADUAL DE ENSINO	10
CARACTERIZAÇÃO DAS ESCOLAS MUNICIPAIS E ESTADUAIS.....	15
1 NÍVEIS DE ENSINO	31
1.1 Educação Básica	31
1.1.1 Educação Infantil	31
1.1.1.1 Diagnóstico	31
1.1.1.2 Diretrizes	33
1.1.1.3 Objetivos e Metas	34
1.1.2 Ensino Fundamental e EJA	37
1.1.2.1 Diagnóstico	37
1.1.2.2 Diretrizes	41
1.1.2.3 Objetivos e Metas	43
1.1.3 Ensino Médio e EJA	45
1.1.3.1 Diagnóstico	45
1.1.3.2 Diretrizes	46
1.1.3.3 Objetivos e Metas	47
2 MODALIDADES DE ENSINO	49
2.1 Educação Especial	49

2.1.1 Diagnóstico	49
2.1.2. Diretrizes	49
2.1.3 Objetivos e Metas	51
3 TEMAS RELEVANTES	52
3.1 Diretrizes	54
3.2 Objetivos e Metas	54
4 FORMAÇÃO DE PROFESSORES E VALORIZAÇÃO DO MAGISTÉRIO	56
4.1 Diagnóstico	56
4.2 Diretrizes	57
4.3 Objetivos e Metas	58
5 FINANCIAMENTO E GESTÃO	59
5.1 Diagnóstico	59
5.2 Diretrizes	59
5.3 Objetivos e Metas	60
6 ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO	61

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Variação Populacional do Município de Derrubadas/RS	07
Figura 2: Variação das Matrículas do Ensino Fundamental nas Redes Municipal e Estadual – 1993 a 2004.....	39

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Escolas existentes em Derrubadas/RS no ano de 1993	11
Tabela 2: Evolução da Matrícula inicial em Educação Infantil – Rede Pública Estadual e Municipal – Derrubadas – RS	32
Tabela 3: Evolução da Matrícula no Ensino Fundamental e EJA – na Rede Municipal e Estadual	38
Tabela 4: Evolução das taxas de Evasão e Reprovação na Rede Estadual e Municipal de Derrubadas	40
Tabela 5: Evolução das taxas de Evasão e Reprovação na Rede Estadual e Municipal de Derrubadas 1993 - 2004.....	40
Tabela 6: Evolução da Matrícula inicial Ensino Médio e EJA	45
Tabela 7: Evolução da taxa de Evasão e Reprovação no Ensino Médio e EJA/Ensino Médio	46
Tabela 8: Uso do transporte escolar no município de Derrubadas	53
Tabela 9: Formação dos professores do município de Derrubadas – 2006	56

INTRODUÇÃO

O presente trabalho procura instrumentalizar dirigentes municipais, especialmente da Secretaria Municipal de Educação, Conselhos Municipais ligados à Educação, buscando favorecer ao alcance da eficácia na gestão e na qualidade da Educação Municipal.

Elaborar um Plano Municipal de Educação, além de se caracterizar num documento-guia, para os gestores municipais é também um processo de imensas riquezas por propiciar debate da comunidade, com reflexões para os problemas atuais e oportunidade para pensar o futuro.

Estimular reflexões, levantar questões, difundir idéias, sistematizar conceitos, são alguns objetivos desejados para a consecução desta realização que é o intercâmbio de informações.

Este trabalho coletivo resultado de debates com professores estaduais, municipais, autoridades municipais, entidades, vislumbra novos horizontes, enriquecendo o debate sobre o papel dos municípios no atual contexto de grandes transformações.

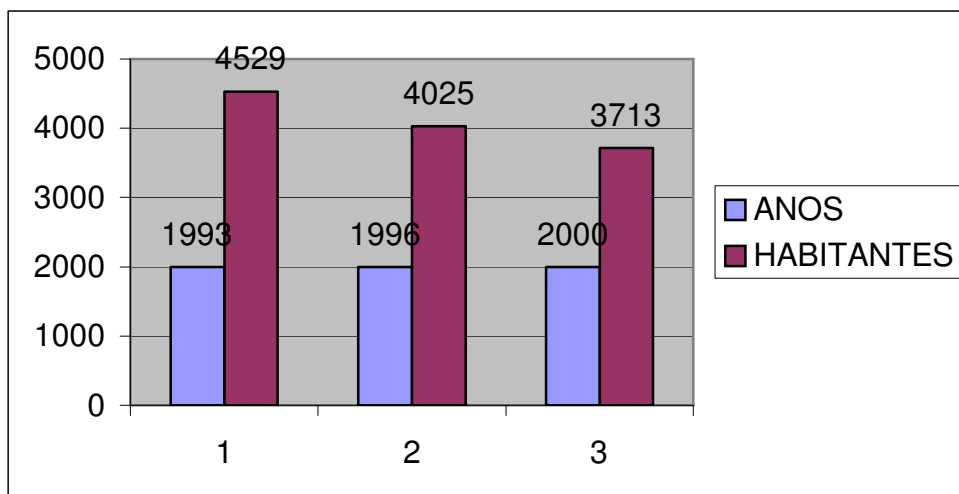
HISTÓRICO

O Município de Derrubadas localiza-se na Região Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, pertencendo à zona fisiográfica do Alto Uruguai, integrando a Região Celeiro, distando por via rodoviária a 498km da capital do Estado. Limita-se ao Norte com a República da Argentina e o Estado de Santa Catarina, ao Sul com o Município de Tenente Portela, ao Leste com os Municípios de Barra do Guarita e Tenente Portela e Oeste do Município de Três Passos.

A área do Município é de 363,40 Km² incluindo a área do Parque Florestal Estadual do Turvo com 174 Km².

A população, com base no Censo Municipal de 2000 é de 3713 habitantes, sendo 786 da zona urbana e 2927 da zona rural. Podemos acompanhar o índice da população por meio do seguinte gráfico:

Figura 1: Variação Populacional do Município de Derrubadas/RS



Fonte: Censo Agropecuário Municipal (1993) – Censo IBGE (1996) – Censo IBGE (2000).

O relevo do Município de Derrubadas apresenta-se ondulado em aproximadamente 55%, tornando-se acidentado em 40% do seu total, restando 5% da topografia plana.

A hidrografia é formada por rios, lajeados e sangas onde se destacam o Rio Turvo e o Rio Uruguai.

A Base da economia do Município é a agropecuária, mas o turismo, embora ainda de forma tímida, começa a ocupar espaço.

No ano de 1990 inicia-se o movimento emancipacionista com o objetivo de desmembrar os distritos de Derrubadas e Cedro Marcado do Município de Tenente Portela. Criou-se uma Comissão Emancipacionista cujo trabalho da mesma resultou, no dia 10 de novembro de 1991, na realização da consulta plebiscitária, a qual apontou o “sim” na maioria absoluta da população para a criação do Município de Derrubadas.

O Município de Derrubadas foi criado em 20 de março de 1992 através da Lei nº 9576 assinada pelo Senhor Alceu de Deus Collares, Governador do Estado.

O início da colonização se deu em 1939 com famílias vindas de vários pontos do estado como: Bento Gonçalves, Palmeira das Missões, Ijuí, Carazinho, Caxias do Sul, Garibaldi, Colônias Velhas, Ibirubá, Santa Rosa, Campo Novo e Redentora.

A origem do nome Derrubadas, segundo depoimento dos primeiros colonizadores é de que havia nesta área grande quantidade de árvores arrancadas no meio da mata, nas proximidades onde hoje é a sede do Município formando um grande descampo, uma verdadeira “derrubada”.

Do livro: Campo Novo: Apontamentos para sua história de Vilmar Campos Bindé, transcrevemos parte do depoimento de João Arbo Bindé, que relata aspectos importantes sobre a nossa história:

Em 1931, o General Flores da Cunha, interventor do Estado, concedeu a seu amigo Pedro Garcia o direito de explorar e extraviar madeira de lei na zona da Serra do Pari. Pedro Garcia fundou uma cantina à margem esquerda do Uruguai, local que hoje leva seu nome: Porto Garcia. Possuía ele cerca de 500 homens cortando e falquejando madeira de lei, bem como um trator de esteira, comprado em Buenos Aires e 25 ternos de bois, que puxaram a madeira até a margem do Rio Uruguai, onde eram embalsadas

aguardando a cheia das águas para seguirem ao destino: exportação para a Argentina e o Uruguai.

Com a instalação do Estado Novo (1937) o General Flores da Cunha foi deposto, o que resultou no embargo da Empresa de Pedro Garcia, causando-lhe sérios prejuízos, abandonando o local juntamente com seus homens, deixando grande quantidade de árvores arrancadas.

Os primeiros colonizadores que aqui vieram se instalar por volta de 1939 encontraram esta grande quantidade de árvores arrancadas no meio da mata, nas proximidades onde hoje se localiza a cidade, imaginando tratar-se de um grande vendaval. Daí, pelo que aqui encontraram, deram a este lugar o nome de DERRUBADAS.

No rio Uruguai, interior do Parque Florestal Estadual do Turvo, na fronteira do Brasil com a Argentina, localiza-se o Salto do Yucumã. É o maior salto longitudinal do mundo com 1.800m de extensão e com quedas de até 12m de altura. O canal onde as águas se precipitam admite-se que tenha uma profundidade de 90m à 120m. É o mais extenso salto nessa posição da América do Sul.

A estrutura do Salto do Yucumã é formada por um paredão de rochas basálticas, destacando sua beleza pela extensão de 3 km e dirigindo-se paralelo ao sentido das águas, longitudinalmente.

Para se observar à beleza do salto precisa-se chegar pelo lado brasileiro mais precisamente pelo Município de Derrubadas. Percorre-se uma extensão de 17km dentro da mata virgem.

A fauna e a flora são muito ricas nesta região. É comum observar-se durante o percurso dentro da mata animais que habitam o parque. Além da vegetação típica nas proximidades do salto, pode-se observar a existência de árvores nativas das mais variadas espécies.

HISTÓRICO E CARACTERIZAÇÃO DA REDE MUNICIPAL E ESTADUAL DE ENSINO

A rede de ensino do Município de Derrubadas é composta por quinze escolas, das quais oito são escolas municipais (uma paralisada), quatro são escolas municipalizadas e três são escolas estaduais, sendo as seguintes:

- Escola Municipal de Ensino Fundamental Princesa Isabel;
- Escola Municipal de Ensino Fundamental Tenente Siqueira Campos;
- Escola Municipal de Ensino Fundamental Castro Alves;
- Escola Municipal de Ensino Fundamental Bartolomeu Bueno;
- Escola Municipal de Ensino Fundamental Juscelino Kubitschek de Oliveira (municipalizada);
- Escola Municipal de Ensino Fundamental Nossa Senhora Aparecida (municipalizada);
- Escola Municipal de Ensino Fundamental Marechal Cândido Rondon (municipalizada);
- Escola Municipal de Ensino Fundamental Duque de Caxias (municipalizada);
- Escola Municipal de Ensino Fundamental Yucumã;
- Escola Municipal de Ensino Fundamental Matias de Albuquerque;
- Escola Municipal de Ensino Fundamenta 31 de Março(paralisada);
- Escola Municipal de Ensino Fundamenta Salto Grande;
- Escola Estadual de Ensino Fundamental 23 de Setembro;
- Escola Estadual de Ensino Fundamenta Rosalino Prates da Cruz;
- Escola Estadual de Ensino Médio Getúlio Vargas.

Das escolas municipais ou municipalizadas, com exceção de uma que se localiza na zona urbana e oferece Educação Infantil, séries iniciais e finais do Ensino Fundamental (1^a a 8^a séries), todas estão situadas na zona rural do município e oferecem as séries iniciais do Ensino Fundamental (1^a a 4^a séries) e, quando

necessário a Educação Infantil (Pré-escolar) e uma série final do Ensino Fundamental (5ª série). Quanto às escolas estaduais, uma está localizada na zona urbana e oferece a Educação Infantil, Ensino Fundamental – séries iniciais e finais – Ensino Médio e Educação de Jovens e Adultos. As demais se localizam na zona rural sendo que uma oferece a Educação Infantil (pré-escolar), todas as séries do Ensino Fundamental e duas oferecem a Educação Infantil (Pré-Escolar), as séries iniciais e 5ª série do Ensino Fundamental.

No ano de 1993, quando emancipado o município de Derrubadas, os níveis da educação básica compreendiam somente a educação infantil e o ensino fundamental oferecidos pela Rede Municipal e Estadual de Ensino, totalizando na época 26 escolas sendo destas 19 municipais e 7 estaduais, sendo que somente uma localizava-se na sede do município e as demais (25) na zona rural.

O quadro abaixo expressa o nome, os níveis de ensino oferecidos e a localização das escolas com a denominação da época.

Tabela 1: Escolas Existentes em Derrubadas/RS no Ano de 1993.

ESCOLAS	NÍVEL DE ENSINO	LOCALIDADE
E. M. de 1º Grau. Inc.Princesa Isabel	1ª a 5ª série	Linha Jaques
E. M. de 1º Grau Inc. Tenente Siqueira Campos	1ª a 5ª série	Linha Concórdia
E. M. de 1º Grau Inc. Castro Alves	1ª a 5ª série	Esquina Colorada
E. M. de 1º Grau Inc. Bartolomeu Bueno	1ª a 5ª série	Santa Fé
E. M. de 1º Grau Inc. Yucumã	1ª a 5ª série	Barra da Bonita
E. M. de 1º Grau Inc. Matias de Albuquerque	1ª a 5ª série	Desimigrados
E. M. de 1º Grau Inc. 31 de Março	1ª a 5ª série	Linha Lebre
E. M. de 1º Grau Inc. São Roque	1ª a 5ª série	Cerro Alegre
E. M. de 1º Grau Inc. Tancredo de Almeida Neves	1ª a 5ª série	Barra do Lajeado Cedro

“Continuação”

Tabela 1: Escolas Existentes em Derrubadas/RS no Ano de 1993.

ESCOLAS	NÍVEL DE ENSINO	LOCALIDADE
E. M. de 1º Grau Inc. D. Pedro I	1ª a 5ª série	Alta Colorada
E. M. de 1º Grau Inc. Anita Garibaldi	1ª a 5ª série	Esquina Santa Rosa
E. M. de 1º Grau Inc. Flores da Cunha	1ª a 5ª série	Dois Marcos
E. M. de 1º Grau Inc. Santa Rita	1ª a 5ª série	Linha Bonifácio
E. M. de 1º Grau Inc. Décio Martins Costa	1ª a 5ª série	Linha Brasil
E. M. de 1º Grau Inc. Irmãos Meyer	1ª a 5ª série	Linha Meyer
E. M. de 1º Grau Inc. Valter Jobim	1ª a 5ª série	Linha São Sepé
E. M. de 1º Grau Inc. Santos Dumont	1ª a 5ª série	Herval Novo
E. M. de 1º Grau Inc. João Pessoa	1ª a 5ª série	Cabeceira da Barra Grande
E. M. de 1º Grau Inc. Chave de Ouro	1ª a 5ª série	Alto Calistro
E. E. de 1º Grau Inc. Nossa Srª Aparecida	1ª a 4ª série	Cedro Mercado
E. E. de 1º Grau Inc. Marechal C. Rondon	1ª a 5ª série	Belo Horizonte
E. E. de 1º Grau Inc. Juscelino Kubitschek de Oliveira	1ª a 4ª série	Três Marcos
E. E. de 1º Grau Incompleto 23 de Setembro	1ª a 4ª série	Alto da Bela Vista
E. E. de 1º Grau Inc. Rosalino Prates da Cruz	1ª a 4ª série	Centro Novo
E. M. de 1º Grau Duque de Caxias	Pré-Escolar 1ª a 8ª série	Barra Grande
E. E. de 1º Grau Getúlio Vargas	Pré-Escolar 1ª a 8ª série	Sede

Fonte: Arquivos SMECD

Cabe aqui lembrar que em diferentes momentos de sua história até a década de 70, das 30 comunidades incluindo a sede que compõem hoje o município de Derrubadas, foram todas beneficiadas com escolas. Destas, cerca de 20 escolas já tiveram suas atividades cessadas, sendo muitas delas extintas. Das escolas relacionadas acima 12 tiveram suas atividades cessadas em 1993 e 1994, com decreto oficial em 1994, devido a um programa de Nucleação do Governo Estadual da época, e também pela redução do número de alunos e, em alguns casos, pelas precárias condições das escolas.

Houve a criação de apenas uma escola depois da emancipação, sendo localizada na sede do município, com início das atividades em 2002, passando a tender a Educação Infantil e Ensino Fundamental.

Para desenvolver o trabalho docente é importante ter presente que a escola está inserida numa sociedade que vive a era da globalização da economia e das comunicações, e é dentro deste cenário que a escola precisa atuar. É um cenário que coloca para nós, educadores, novos desafios: que tipo de educação necessitam as crianças e os jovens para viver neste mundo tão diverso? Certamente necessitarão de uma educação ética com respeito à cultura e à diversidade. Uma Sociedade multicultural deve educar o ser humano de tal forma, capaz de ouvir, de prestar atenção no diferente, de respeitá-lo.

A diversidade cultural é a riqueza da humanidade. Para cumprir sua tarefa humanista, a escola precisa mostrar aos alunos que existem outras culturas além da sua. A autonomia não significa isolamento, fechado numa cultura particular. Escola autônoma significa escola curiosa, buscando dialogar com todas as culturas e concepções do mundo.

A escola não deve apenas transmitir conhecimento, mas também se preocupar com a formação global dos alunos, numa visão em que o conhecer e o intervir no real se encontrem. Mas, para isso, é preciso saber trabalhar com as diferenças: é preciso reconhecê-las, não camuflá-las, aceitando que, para conhecer a mim mesmo, preciso conhecer o outro.

A escola deve proporcionar aos seus alunos condições de estudo, fazendo com que adquiram conhecimento, que encontrem ali um espaço para pensar, explorar,

descobrir, participar, buscar soluções para resolver situações com autonomia e segurança.

Precisamos realizar um trabalho em que educadores e educandos se posicionem como sujeitos do ato de conhecimento, onde se procura valorizar o conhecimento que o aluno traz de casa. O papel social da escola é provocar o questionamento das relações da realidade do homem com a natureza e com os outros homens, tendo como conseqüência neste questionamento, a conscientização dos educandos, a construção da cidadania.

Precisamos de métodos de ensino baseados no diálogo, um processo dialógico humanizador, onde o professor e aluno terão uma posição horizontal, usando-se como critério principal o bom relacionamento. Deve-se ter consciência de que aquilo que se aprende não decorre de uma imposição ou memorização, mas do nível crítico dos conhecimentos ao qual se chega ao processo de compreensão, reflexão e crítica.

“Ninguém educa ninguém, tampouco ninguém se educa sozinho. Os homens se educam em comunhão mediatizados pelo mundo”. (Paulo Freire)

CARACTERIZAÇÃO DAS ESCOLAS MUNICIPAIS E ESTADUAIS

- Escola Municipal de Ensino Fundamental Bartolomeu Bueno, localiza-se na localidade de Santa Fé, distando cerca de 8 km da sede do Município de Derrubadas.

No início da colonização não existia escola nem professor. Os moradores sentindo a necessidade de possuir uma escola para a educação de seus filhos organizaram-se e em 11 de novembro de 1945 fundaram a escola. O nome da escola Bartolomeu Bueno, foi escolhido pelo capelão Sr. Alvício Wepflher, em homenagem a este bandeirante (Bartolomeu Bueno) que aparece na história do Brasil como descobridor de minas de ouro em Goiás.

Apesar da escola funcionar desde 1945, o Decreto de Criação da Escola datada de 24 de setembro de 1977, Decreto N° 24. A Portaria de Reorganização da Escola é a de N°17.949 de 25 de setembro de 1978, publicada no Diário Oficial de 29 de setembro de 1978.

No ano de 1995 a escola recebeu os alunos da Escola Municipal de 1° Grau Incompleto São Roque de Cerro Alegre, a qual teve suas atividades cessadas.

No ano de 1999 foi alterada a designação da escola para Escola Municipal de Ensino Fundamental Bartolomeu Bueno através do Decreto Municipal N° 030/99 de 07 de outubro.

O terreno da escola é de 5.000m², o prédio tem um total de 179m², constituído em alvenaria, onde antes era de madeira.

Caracterização da Comunidade:

A Localidade de Santa Fé possui os seguintes limites:

Norte: Localidade de Belo Horizonte.

Sul: Município de Tenente Portela.

Leste: Município de Tenente Portela.

Oeste: Localidade de Lajeado Librino e Cedro Marcado.

Esta comunidade teve sua história iniciada na década de 1940 com a chegada dos primeiros moradores. A localidade recebeu este nome porque existia muito capim chamado santa fé.

- Escola Municipal de Ensino Fundamental Princesa Isabel de Linha Jaques, localiza-se na zona rural distando 16 km da sede do Município de Derrubadas.

A escola foi criada através do Decreto Municipal N° 66 de 26 de setembro de 1977. Foi reorganizada através da Portaria N° 20.168 de 19 de outubro de 1978 publicado no Diário Oficial de 14 de outubro de 1978.

No ano de 1999, em função da Lei Federal 9394/96 foi alterada a designação da escola para Escola Municipal de Ensino Fundamental Princesa Isabel, através do Decreto Municipal N° 27/99 de 07 de outubro.

O terreno da escola é de 2.000m², o prédio tem um total de 164,5m², construído em alvenaria, onde antes era de madeira.

Caracterização da Comunidade:

A localidade da Linha Jaques possui os seguintes limites:

Norte: Parque Florestal Estadual do Turvo.

Sul: Localidade de Barra Grande.

Leste: Localidade de Centro Novo.

Oeste: Município de Três Passos.

Os primeiros colonizadores chegaram na localidade por volta de 1939. A origem do nome deve-se ao fato de que naquela época havia um caçador que passava por esta região (Três Passos) vindo da Colônia Militar de São Francisco e que se chamava Luis Jaques, surgindo assim o nome da Linha Jaques.

- Escola Municipal de Ensino Fundamental Tenente Siqueira Campos de Linha Concórdia, localiza-se na zona rural distando 12km da sede do Município de Derrubadas.

A primeira escola fundada no ano de 1947 pelos pais dos alunos, foi à escola primária que era mantida pelos próprios pais.

No ano de 1971 foi implantada através do Decreto N° 90 de 26 de setembro de 1977 a Escola Municipal de 1° Grau Incompleto Tenente Siqueira Campos.

No ano de 1994 a escola se tornou uma Escola Pólo, atendendo as seguintes comunidades: Linha Brasil, Linha Mayer, Alta Colorada, Barra do Cedro e Linha Concórdia. Para a locomoção desses alunos é utilizado o transporte escolar.

Do ano de 1977 a 1993 funcionou nesse estabelecimento as turmas de 1ª a 5ª séries, sendo que no ano de 1994 foi implantado o pré-escolar sob o decreto N° 030/94.

O prédio da escola é de alvenaria com um total de 218,82m² de área construída, além de um prédio de recreação comunitário de 2.500m² de área.

Caracterização da Comunidade:

A localidade possui os seguintes limites:

Norte: Localidade de Linha Brasil e Linha Meier.

Sul: Localidade de Barra do Cedro.

Leste: Localidade de Alta Colorada.

Oeste: Município de Esperança do Sul.

Os primeiros imigrantes chegaram nessa comunidade por volta de 1945. O nome da localidade, Linha Concórdia surgiu porque algumas pessoas estavam de acordo que fosse construída na localidade escola, igreja, cemitério, etc...

- Escola Municipal de Ensino Fundamental Yucumã de Barra Bonita, localiza-se na zona rural a alguns km do Município de Derrubadas.

O funcionamento da escola foi realizado pelo Decreto Municipal N° 17 de 26 de setembro de 1997, apesar da escola estar em funcionamento desde 1962.

A Portaria de Reorganização é de N° 18.431 de 04 de outubro de 1978 publicado no Diário Oficial de 11 de outubro de 1978.

Em função da Lei Federal 9394/96 a escola teve alterado sua designação através do Decreto Municipal N° 028/99 de 07 de outubro de 1999 para Escola Municipal de Ensino Fundamental Yucumã.

O prédio da escola é de alvenaria com um total de 93,09m² de área construída, sendo que o terreno é de 2.000m².

Caracterização da Comunidade:

A localidade possui os seguintes limites:

Norte: Localidade de Cotovelo do Parizinho.

Sul: Localidade de Belo Horizonte.

Leste: Município de Barra do Guarita.

Oeste: Localidade de Dois Marcos.

Os primeiros moradores chegaram a esta localidade por volta de 1940.

- Escola Municipal de Ensino Fundamental Nossa Senhora Aparecida, localiza-se na zona rural distrito de Cedro Marcado a 7km da sede do Município de Derrubadas.

A primeira escola da localidade foi fundada no ano de 1948 e recebeu o nome de Escola Reunida. O Decreto de Criação desta escola ocorreu na data de 07 de novembro de 1960, Decreto Estadual N° 11.769. Posteriormente foi reclassificada através do Decreto Estadual N°1981 de 13 de agosto de 1969, reorganizada , designada e denominada através da Portaria/SE N° 18.992, de 03 de abril de 1981.

No ano de 1999 através da Portaria ATO/SE de 21 de junho a manutenção da escola foi transferida para o Município de Derrubadas. Posteriormente em 07 de outubro de 1999 teve alterado a sua designação para Escola Municipal de Ensino Fundamental Nossa Senhora Aparecida.

O terreno da escola possui uma área de 3.500m², o prédio é de alvenaria.

Caracterização da Comunidade:

A localidade possui os seguintes limites:

Norte: Localidade de Lajeado Librino e Maria Preta.

Sul: Município de Tenente Portela.

Leste: Localidade de Santa Fé e Município de Tenente Portela.

Oeste: Localidade de Herval Novo.

O início da colonização deu-se aproximadamente na década de 1950 com a chegada dos primeiros moradores.

Conforme depoimentos dos moradores existem duas versões para a origem do nome Cedro Marcado. A primeira dela conta que o nome Cedro Marcado se originou

porque antigamente havia muita madeira de lei, as quais eram marcadas com um “X”, principalmente aquelas que possuíam tronco com mais de 60 cm de grossura. As árvores eram marcadas para saber a quantidade que havia em cada colônia de terra para então estipular o preço. Na beira da estrada havia um cedro que estava marcado e as pessoas que ali passavam diziam: - “Olha o cedro marcado”.

A segunda versão, diz que o nome Cedro Marcado teria se originado porque havia muito contrabando que ia do Brasil para a Argentina e vice-versa. Os contrabandistas passavam em baixo de cedros para descansar e davam estouros de facão no tronco desta árvore e as pessoas que ali passavam diziam: -“Olha o cedro marcado”.

- Escola Municipal de Ensino Fundamental Marechal Cândido Rondon de Belo Horizonte, situa-se na zona rural a alguns km de distância do Município de Derrubadas.

Esta escola iniciou suas atividades em 30 de março de 1961 através do Decreto Estadual N° 12.241 como Escola Rural Isolada de Belo Horizonte. No ano de 1981 foi reorganizada através da Portaria de Reorganização N° 28.959 de 04 de junho de 1981 publicada no Diário Oficial de 11 de junho de 1981 quando passou a denominar-se Escola Estadual de 1° Grau Incompleto Marechal Cândido Rondon. No ano de 1999 a manutenção da escola foi transferida para o Município de Derrubadas através da Portaria ATO/SE 00131 de 21 de junho. Em função da Lei Federal 9394/96 a escola teve alterada sua designação através do Decreto Municipal N° 032/99 de 07 de outubro de 1999 para Escola Municipal de Ensino Fundamental Marechal Cândido Rondon.

Caracterização da Comunidade:

A localidade possui os seguintes limites:

Norte: Localidade de Três Marcos e Barra Bonita.

Sul: Localidade de Santa Fé e Lajeado Librino.

Leste: Localidade de Cerro Alegre e Município de Barra do Guarita.

Oeste: Localidade de Dois Marcos e Três Marcos.

Os primeiros moradores chegaram por volta de 1944.

A origem do nome deu-se porque o povoado fica localizado num local alto de grande visibilidade e por isso denominado Belo Horizonte.

- Escola Municipal de Ensino Fundamental Matias de Albuquerque de Desimigrados, localiza-se na zona rural a alguns km de distância do Município de Derrubadas.

A escola foi fundada em 1º de março de 1948. Foi oficializado o seu funcionamento em 24 de setembro de 1977, através do Decreto Municipal N° 53 e denominada Escola Municipal de 1º Grau Incompleto Matias de Albuquerque.

No ano de 1994 a escola teve seu prédio ampliado, em função do processo de nucleação de escolas. Foram cessadas as atividades das seguintes escolas: Escola Municipal de 1º Grau Incompleto João Pessoa da Cabeceira da Barra Grande e Chave de Ouro do Alto Calistro, sendo os alunos transferidos para a Escola Municipal de 1º Grau Incompleto Matias de Albuquerque. Neste ano foi autorizado o funcionamento do pré-escolar.

No ano de 1999, em função do que prevê a Lei Federal 9394/96 foi alterada a designação da Escola passando a designar-se Escola Municipal de Ensino Fundamental Matias de Albuquerque, através do Decreto Municipal N° 026/99.

O terreno da escola possui uma área de 2.100m², o prédio é de alvenaria. Tem uma área construída de 212,90m².

Caracterização da Comunidade:

A localidade possui os seguintes limites:

Norte: Parque Florestal Estadual do Turvo.

Sul: Localidade de Linha São Sepé e Alto da Bela Vista.

Leste: Sede do Município.

Oeste: Localidade de Centro Novo.

A comunidade de Desimigrados originou-se por volta de 1940.

O fato de terem emigrado e desmigrado deu origem ao nome do povoado Desimigrados.

- Escola Municipal de Ensino Fundamental Castro Alves de Esquina Colorada, localiza-se na zona rural a 5km do Município de Derrubadas.

Apesar de funcionar desde o ano de 1948 esta escola teve seu funcionamento autorizado em 24 de setembro de 1977 através do Decreto Municipal N° 28.

A escola recebe alunos das localidades de Esquina Colorada, Esquina Santa Rosa, Alta Colorada e Olhos D'Água. No ano de 1994 foram cessadas as atividades das seguintes Escolas: Escola Municipal de Primeiro Grau Incompleto Anita Garibaldi de Esquina Santa Rosa em função do processo de nucleação das escolas.

No ano de 1999, em função da Lei Federal N° 9394/96 teve alterado sua designação passando a designar-se Escola Municipal de Ensino Fundamental Castro Alves através do Decreto Municipal N° 24/99 de 07 de outubro de 1999.

O prédio é de alvenaria.

Caracterização da Comunidade:

A localidade possui os seguintes limites:

Norte: Sede do Município.

Sul: Localidade de Esquina Santa Rosa, Alta Colorada e Município de Tenente Portela.

Leste: Localidade de Alto Bela Vista.

Surgiu o nome de Esquina Colorada pelo fato das terras serem vermelhas. Em 1946, já havia um número elevado de pessoas morando na localidade.

- Escola Municipal de Ensino Fundamental Juscelino K. de Oliveira de Três Marcos, localiza-se na zona rural a 5 km da sede do Município de Derrubadas.

A primeira escola da localidade foi construída em 1958. Em 1961 passou a denominar-se Escola Rural Isolada de Três Marcos através da Portaria N° 18.989. Em 1981, passou a denominar-se Escola Municipal de Primeiro Grau Incompleto Juscelino K. de Oliveira, em homenagem ao Presidente da República.

Em 1994, a escola passou a receber alunos das localidades de Dois Marcos, Linha Lebre e Linha Bonifácio, através do processo de nucleação, onde foram cessadas as atividades das Escolas Municipais de 1° Grau Incompleto Flores da Cunha de Dois Irmãos e Santa Rita de Linha Bonifácio.

Caracterização da Comunidade:

A localidade possui os seguintes limites:

Norte: Localidade de Dois Marcos.

Sul: Distrito da Sede.

Oeste: Localidade de Linha Bonifácio.

Leste: Localidade de Belo Horizonte.

No início, com a chegada das famílias Rigo, a localidade foi denominada de Sítio Rigo, porém, mais tarde chegaram outras famílias que não aceitaram mais o nome, com a ajuda do padre originou-se o nome de Três Marcos, isso porque num determinado local havia três marcos juntos e com base nisso surgiu esse nome.

- Escola Municipal de Ensino Fundamental 31 de Março de Linha Lebre, localiza-se na zona rural a alguns km de distância do Município de Derrubadas.

A escola foi criada pelo Decreto Municipal N° 13 de 31 de março de 1978 foi reorganizada pela Portaria N° 1814 de 10 de fevereiro de 1982, publicada no Diário Oficial de 24 de fevereiro de 1982.

Em 1999, em função da Lei Federal 9394/96 foi alterada a designação da escola para Escola Municipal de Ensino Fundamental 31 de Março através do Decreto Municipal N° 029/99 de 07 de outubro de 1999.

O prédio da escola é de alvenaria, possui um total de 88,90m², sendo que o terreno é de 2.000 m².

Caracterização da Comunidade:

A localidade possui os seguintes limites:

Norte: Parque Florestal Estadual do Turvo.

Sul: Localidade de Dois Marcos.

Leste: Localidade de Cotovelo do Parizinho.

Oeste: Localidade de Linha Bonifácio.

A origem do nome Linha Lebre, deve-se a um fato ocorrido entre pescadores que estavam pescando no lajeado que percorre esta localidade, onde encontraram uma lebre morta sobre uma pedra, dentro do lajeado.

Os primeiros moradores da localidade chegaram por volta de 1950.

- Escola Municipal de Ensino Fundamental Salto Grande localiza-se na zona urbana, na sede do Município de Derrubadas.

A Escola Municipal de Ensino Fundamental Salto Grande, foi criada sob o Decreto N°049 de 07/12/01. Localiza-se na sede do município.

A Escola leva esse nome em homenagem a uma das maiores riquezas naturais do nosso município, o Salto Yucumã, antigamente chamado de Salto Grande.

No primeiro ano de funcionamento a escola contava com cinco salas de aula, cozinha, refeitório, sala de professores e biblioteca.

Neste mesmo ano (2001), havia na escola, 171 alunos, 13 professores e 3 funcionários, distribuídos no turno da manhã e da tarde, atendendo desde a Educação Infantil até as séries finais do Ensino Fundamental.

Em 2004 a escola contava com 06 salas de aula, biblioteca e sala dos professores, cozinha, refeitório, secretaria, sala de informática com 5 computadores para uso dos alunos e um computador para uso dos professores. Conforme números do Censo Escolar de 2004, a escola atendia 250 alunos desde a Educação Infantil até as Séries Finais do Ensino Fundamental, sendo 22 alunos da Educação Infantil, 70 alunos do Ensino Fundamental de 1ª a 4ª série e 158 alunos do Ensino Fundamental de 5ª a 8ª série, 19 professores e 05 funcionários, distribuídos nos turnos da manhã e da tarde.

A escola tem como filosofia: *“Promover uma educação de qualidade que garanta as aprendizagens essenciais para a formação de cidadãos autônomos, críticos, participativos, capazes de atuar com competência, dignidade e responsabilidade na sociedade em que vivem e na qual esperam ver atendidas suas necessidades individuais, sociais, políticas e econômicas”.*

- Escola Municipal de Ensino Fundamental Duque de Caxias de Barra Grande, localiza-se na zona rural, no interior do Município de Derrubadas.

* Texto elaborado pela escola

Desde 1946 os poucos moradores que aqui residiam, seus filhos estudavam, tendo aulas num prédio onde funcionava a Escola e a Igreja.

Em 14 de fevereiro de 1968 foram criadas as Escolas Rurais Reunidas pelo Decreto nº 18.936. Nossa Localidade foi contemplada com uma Escola.

Em 30 de abril de 1981, nossa escola foi reorganizada e passou a designar-se E. E. de 1º Grau Inc. Duque de Caxias. Foi então construído o atual prédio.

O nome da Escola “Duque de Caxias” foi escolhido pelos responsáveis da SMEC de Porto Alegre, homenageando o Herói Duque de Caxias, isto por falta de manifestação da Comunidade na escolha do nome.

Em 8 de março de 1988 pela Portaria 02477 foi autorizado o funcionamento da 6ª série e a partir de 1989 e 1990, respectivamente a 7ª e 8ª série e passando a designar-se E. E. de 1º Grau Duque de Caxias.

A Escola Duque de Caxias está situada na localidade de Barra Grande, Município de Derrubadas – RS, Lote Rural nº 191 – C da 4ª seção Brasil com área de 6.050 m².

A partir de 21 de dezembro de 2000, através da Portaria nº 00331 ficou designada Escola Estadual de Ensino Fundamental Duque de Caxias.

O prédio atual possui: 1 secretaria, 1 sala de vídeo, 1 sala de professores e biblioteca, 4 salas de aula, 2 banheiros, 1 cozinha.

Atualmente a escola funciona em dois turnos: manhã atendendo alunos de 5ª a 8ª série e tarde atendendo alunos de Pré-escolar a 4ª série.

Nossa Escola teve os seguintes diretores:

Luis Chilliter, Laudélio Scheider, Astérica de Freitas Martins, Romilda Kumer Flech, Dário Schovans, Juvita A. Pukaleski, Célio Dutra Chiodi, Elemar Krestmann, Oracélia Richter, Ari Scapini, Marlise Maria Balest, Inês Iora Sologo e Noemi Veit da Silva.

CÍRCULO DE PAIS E MESTRE – CPM

O CPM, de nossa Escola foi fundado no dia 22 de fevereiro de 1952, sendo que a primeira Diretoria do CPM, era a mesma da Capela da comunidade.

A Escola desenvolve vários projetos durante o Ano Letivo, buscando a integração e o desenvolvimento coletivo, como Educação Ambiental; Agricultura; Saúde; Páscoa; Dias das Mães; São João; Dia dos Pais; Semana da Pátria; Semana Farroupilha; Semana da Criança; Dia do Professor; Natal e outros.

A Escola teve a oportunidade de elaborar o seu Regimento Escolar, juntamente com todos os segmentos.

Elaborou-se o Plano de estudos de Trabalho de acordo com a proposta pedagógica da Escola.

Em janeiro de 2006, deu-se início ao processo de municipalização da Escola, sendo que o mesmo foi oficializado em 27 de julho de 2006, sob a Portaria 145/2006 da SEE.

Conforme Decreto nº 30/2006, de 13 de novembro de 2006, a Escola Estadual de Ensino Fundamental Duque de Caxias passou a ser denominada Escola Municipal de Ensino Fundamental Duque de Caxias.

- Escola Estadual de Ensino Médio Getúlio Vargas, localiza-se na zona urbana, na sede do Município de Derrubadas.

* Texto elaborado pela escola

A história do nosso educandário começa no ano de 1945 quando as primeiras famílias que aqui se instalaram, sentiram a necessidade da formação escolar para seus filhos. Construíram uma rústica escola de madeira, no sistema de mutirão, no mesmo local onde está hoje o atual prédio. Essa escola teve denominação Escola Singular Casemiro de Abreu – nº 77, criada no ano de 1945, conforme dados pesquisados no catálogo de estabelecimentos de Ensino do RS, Editado pelo Governo do Estado, através da Secretaria de Educação.

Nos registros oficiais que dispomos constam que a professora Cândida Iora atuou nessa escola até o ano de 1952.

Em novembro de 1952 assume como professora da escola, a Senhora Leontina Martins. Antes do início do ano letivo de 1953, desempenhou a tarefa de resgatar

alunos para o funcionamento da escola. Nesse período houve grande migração para cá. Essas pessoas vinham com a expectativa de conseguirem terras doadas pelo Governo Estadual incluindo também o Parque Florestal Estadual do Turvo. A professora Leontina, surpreendeu-se no início do ano de 1954, quando a matrícula atingiu 72 alunos, o que fez com que mais uma professora, a Senhora Geni Luísa Martins viesse para auxiliar na tarefa educativa.

Por volta do ano de 1960 a reduzida construção onde funcionava a escola já não comportava o número de alunos matriculados. Foi então que decidiram que as aulas funcionariam no armazém de Doralino Sisti e no pavilhão da Comunidade Católica. Nessa época passaram a integrar o grupo, as professoras Leopolda Bottega e Josefina de Lima.

Nessa época inicia-se a luta pela construção de um novo prédio escolar, o qual é inaugurado em 03 de junho de 1962. A escola tinha então a denominação de Escola Rural Reunida de Derrubadas. Nesse prédio que possuía 04 salas de aula, trabalhavam os seguintes professores: Genira Cardoso, Leopolda Bottega, Josefina Bottega, Ângelo Didonet, Astérica de Freitas Martins e Leontina Francisca de Lima.

Nesse mesmo ano de 1962, reuniram-se os pais de alunos desta unidade escolar, para criarem o CPM – Círculo de Pais e Mestres, sendo o 1º Presidente o Sr. Arlindo Tolotti.

Foi a partir dessa época que surge a necessidade da criação da função de Diretor do educandário, tendo em vista que a comunidade escolar estava rapidamente expandindo-se. Assume então como Diretora do Educandário a professora Genira Cardoso Eckert.

Conforme dados constantes nos arquivos da escola, datam desse período a inclusão de profissionais que passaram a cuidar da limpeza da escola e da merenda para os educandos.

No ano de 1967, os moradores dessa próspera comunidade, sentindo a necessidade de proporcionar a seus filhos uma formação escolar em grau mais elevado, reuniram-se nas dependências do hotel de João Brutti, para fundarem um quadro social que daria mais tarde, sustentação a CNEC – Campanha Nacional de escolas da Comunidade – Instituição essa que desenvolveria na nossa comunidade, o

Curso Ginásial. Nessa reunião, elegeu-se uma diretoria que passaria a atuar, mais efetivamente nas tratativas de instalação desse curso, sendo escolhido como Presidente o Sr. Erni Arnildo Pilger.

No ano seguinte, 1968, passou a funcionar o Curso Ginásial tendo a denominação de Ginásio Comercial Osvaldo Cruz. Como não tinha sede própria, a escola Getúlio Vargas empresta salas no turno da tarde e noite para o funcionamento do 1º, 2º, 3º e 4º ano do curso ginásial. O 1º diretor do Ginásio Comercial Osvaldo Cruz foi o pastor Enio Presser. A primeira turma de formandos do Curso Ginásial teve sua formatura no dia 08/01/1972.

Enquanto o nosso educandário cedia suas dependências para o Ginásio Comercial, o Grupo Escolar continua suas atividades, atendendo alunos de Pré à 5ª série. No ano de 1970, e somente durante esse ano, assume como diretor da escola o professor Ângelo Didonet.

No ano de 1975 cessa o funcionamento do Ginásio Comercial Osvaldo Cruz e o Grupo Escolar Getúlio Vargas absorve esses alunos passando a oferecer o ensino de 6ª, 7ª e 8ª séries, de acordo como o que previam as reformas do ensino na época. Assume então como diretor desse nível de ensino o professor Augusto Freitas. Nesse ano de 1976 administram o educandário dois diretores, visto que a professora Genira Eckert continuou sendo a diretora do Pré até 5ª série.

No ano de 1978 o nosso educandário contava com 269 alunos, 18 professores e 03 funcionárias. Nesse ano assume como diretor da escola Luís Roque Cochinski.

A partir de 1979, a Escola que então contava com 387 alunos, passou a denominar-se Escola estadual de 1º grau Getúlio Vargas e assume como diretor do educandário o professor Gildo Martens.

A comunidade escolar sempre esteve disposta a contribuir com o educandário. Prova disso são as ampliações no prédio escolar que datam desse período e também a construção da quadra de esportes, obras estas que tiveram fundamental participação do CPM da escola.

No ano de 1992, assume como Diretor do nosso educandário, em substituição ao professor Gildo, o professor Pedro Gilmar Weber.

No ano de 1993 é instalado o município de Derrubadas. A escola cede então duas salas de aula para o funcionamento inicial da Prefeitura Municipal. Nesse ano, assume como Diretora a Professora Marise T. R. Elsenbach, que administrou a escola nos anos 1993 e 1994.

A partir da criação do município, a comunidade escolar sentiu-se encorajada para reivindicar junto aos órgãos competentes, melhorias e ampliações para o setor educacional. Nesse período encaminhou-se o processo de 2º grau para nosso estabelecimento de ensino. Contamos para tal, com uma efetiva colaboração da Câmara Municipal de Vereadores e da Administração Municipal da época.

Em razão da proposta de Nucleação de escolas no Estado do Rio Grande do Sul, nessa época amplia-se significativamente o número de alunos da escola, sendo constatado no ano de 1994 uma matrícula de 366 educandos. No ano de 1995 assume como diretora da escola a professora Eni Bomm de Oliveira, que administrou a nossa escola até 1997.

Continuou nesse período a luta pela conquista do 2º grau para nossa comunidade. O grande número de matrículas que ocorreu a partir da nucleação das escolas, fez com que fosse necessária a locação de salas fora do pátio escolar para o funcionamento das aulas para algumas turmas.

A partir do ano de 1998 passa a administrar o educandário, a professora Sueli Teresinha Martens. Atuou como diretora no ano de 1998 e durante o ano de 1999. Um marco significativo na história do nosso educandário ocorreu neste período, quando finalmente a comunidade escolar vê o sonho do 2º grau acontecer. E já no 1º mês de funcionamento 78 jovens matricularam-se e passam a freqüentar as aulas, dando passos decisivos na busca da concretização de suas aspirações.

Em razão do aumento de estudantes no educandário, tendo em vista a implantação do 2º grau, há a necessidade de ampliação do espaço físico. Nesse mesmo ano de 1998 mais uma conquista: a construção de mais dependências educativas anexas às já existentes e o tão sonhado Ginásio de Esportes. Mais uma vez alunos, pais e professores, com o apoio da Prefeitura Municipal conquistaram melhorias para o processo educacional em nosso estabelecimento de ensino.

Durante a trajetória histórica da Escola Estadual de Ensino Médio Getúlio Vargas muitas transformações aconteceram e isso exigiu reformas pedagógicas e administrativas. Nesse sentido, no ano de 1999, dá-se início ao processo da Constituinte Escolar com ampla participação de todos os segmentos escolares.

No ano de 2000, assume como Diretor da escola, novamente o professor Gildo Martens, permanecendo no cargo até a presente data.

A história mais recente da Escola registra a inclusão da modalidade Educação de Jovens e Adultos. Nos níveis Fundamental e Médio, funcionam atualmente 4 turmas no turno da noite.

Ao longo desses 61 anos, muitos profissionais deixaram sua contribuição na formação educacional dos cidadãos derrubadenses. Constam nos registros da escola que 101 professores e 41 funcionários tiveram lotação no nosso educandário.

Atualmente, estudam na escola 351 alunos distribuídos nos níveis da Educação Infantil, do Ensino Fundamental e do Ensino Médio. Como embasamento filosófico temos: *Educação mútua para enfrentar a realidade com liberdade e com responsabilidade.*

- Escola Estadual de Ensino Fundamental Vinte e Três de Setembro de Alto Bela Vista, localiza-se na zona rural, no interior do Município de Derrubadas.

* Texto elaborado pela escola

O início da movimentação para a construção da escola foi em 1964, quando a Sociedade Escolar “ Bela Vista” reuniu-se sob a presidência do Senhor Gilberto Bertoldo Zolinger com o então Vice-Prefeito de Tenente Portela Senhor Teobaldo Willi Pilger que nesta ocasião representava o Prefeito Municipal Senhor Euclides José Salamoni.

Na ocasião a comunidade foi informada que para ser construída uma escola o governo do Estado exigia que lhe fossem passados 04 hectares de terra. Como a comunidade já possuía 02 hectares, adquiriu mais 02 hectares com a colaboração dos membros da sociedade e passou ao Estado do Rio Grande do Sul.

A construção da Escola teve início em 1966, com ajuda da Prefeitura Municipal de Tenente Portela, e governo do Estado do Rio Grande do sul.

Foram juntadas e essa escola duas pequenas escolas existentes na localidade, sendo elas: Escola Rural Isolada, que funcionava em uma fração de terras que pertencia ao Senhor Gilberto Bertholdo Zolinger e Escola Cruzeiro do Sul, que funcionava em terreno cedido pelo Senhor Egon Bauer.

Sua inauguração foi em 23 de setembro de 1973 e contava com 73 alunos.

A escola foi criada pelo Decreto Lei nº 12.241 de 30 de março de 1961, pelo então governador do estado, Dr. Leonel de Moura Brizola, mais tarde cria-se a Escola Rural Isolada pelo Decreto Estadual nº 19.818, passando a chamar-se Escola Rural. Em 05 de junho de 1981 foi reorganizada pela portaria nº 29.104 da Secretaria da Educação, passando a denominar-se Escola Estadual de 1º Grau Incompleto 23 de Setembro (em homenagem a data em que a escola foi inaugurada). Alterada a designação em 07 de março de 2001 passa para Escola Estadual de Ensino Fundamental 23 de setembro.

Filosofia da Escola: *“Aprender a aprender com ludicidade e responsabilidade”*.

- Escola Estadual de Ensino Fundamental Rosalino Prates da Cruz de centro Novo, localiza-se na zona rural, no interior do Município de Derrubadas.

* Texto elaborado pela escola

Iniciou o seu funcionamento no dia 27 de março de 1950 pelo Decreto de Criação Nº 1.190 de 27 de março de 1950 que criou a Escola Isolada Desimigrados.

Em 13/08/1969 pelo Decreto de reclassificação nº 19.818 altera a designação para Escola Rural Desimigrados.

Em 27/07/1979 pela Portaria de Reorganização Designação e Denominação Nº 43.141 altera denominação para Escola Estadual de 1º Grau Incompleto Desimigrados.

Em 22/11/1993 Portaria Nº 01365 altera denominação para Escola Estadual de 1º Grau Incompleto Rosalino Prates da Cruz.

Em 07/03/2001 pela Portaria nº 00084 altera denominação para Escola Estadual de Ensino Fundamental Rosalino Prates da Cruz.

Tem como filosofia *“ Educação para a vida e vida com alegria”*.

Atende alunos de Pré-Escolar a 5ª série no turno da tarde.

1. NÍVEIS DE ENSINO

1.1. Educação Básica

1.1.1. Educação Infantil

1.1.1.1. Diagnóstico

Desde a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), em dezembro de 1996, o país vive uma reformulação sem precedentes na história de sua política educacional. Na verdade, o embrião dessa mudança foi lançado pela Constituição Federal de 1988, que pela primeira vez, fala em educação infantil como direito. Com a sanção da LDB, os preceitos constitucionais foram implantados de forma sistemática. O Brasil, então, começou a experimentar uma revolução na maneira de encarar a educação nos seis primeiros anos de vida: como direito das crianças, dever do Estado e opção da família. A creche e a pré-escola passaram a ser diferenciadas pelo grupo etário das crianças que as freqüentam – de zero a três anos e de quatro a seis, respectivamente.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional também deixou mais claros os papéis das três esferas do Poder Público na gestão da educação infantil. À União e aos Estados cabe estabelecer, em colaboração com os municípios, competências e diretrizes curriculares, mas é da esfera municipal a incumbência de garantir o atendimento. Outro salto substancial foi à definição de padrões para o profissional que trabalha na área.

Com a LDB, a educação infantil conquistou um novo espaço social que rompe, não só com a tradicional vocação assistencialista das creches, mas também com a noção de que a pré-escola tem uma perspectiva antecipatória da escolaridade fundamental.

No estado do Rio Grande do Sul, nos anos de 1995 a 1998, a taxa de crescimento da matrícula inicial, na rede estadual, foi de 0,17% e, nos anos de 1999 a 2002, baixou 2,57. Na rede municipal, este índice aumentou de 29,65% para 47,49% e, na rede particular, com o acréscimo de 15,92% no mesmo período, houve a superação

dos índices das outras redes, chegando a 146,89%. A partir dos dados coletados pelo DINF/DEPLAN/SE, pode-se afirmar que, no geral, houve uma taxa de crescimento significativo de 7,55%, nos anos de 1995 a 1998, para 45,43%, nos anos de 1999 a 2002, nas matrículas para a educação infantil.

No ano de 2005, baseando-se em dados do censo escolar, o município de Derrubadas contou com 04 Escolas Estaduais atendendo 35 alunos e 06 Escolas Municipais, atendendo 64 alunos, num total de 99 alunos na Educação Infantil. Se observarmos desde 1993 a Educação Infantil manteve-se um percentual médio, observando um aumento no atendimento na Rede Pública Municipal a partir do ano de 2001, conforme tabela abaixo:

Tabela 2 - Evolução da matrícula inicial em Educação Infantil – Rede Pública Estadual e Municipal – Derrubadas-RS

ANO	ESTADUAL		MUNICIPAL		TOTAL
	ALUNOS	%	ALUNOS	%	
1993	55	100%	-	-	55
1994	67	85%	12	15%	79
1995	53	69%	24	31%	77
1996	69	78%	19	22%	88
1997	60	71%	24	29%	84
1998	71	87%	11	13%	82
1999	71	76%	22	24%	93
2000	82	91%	08	9%	90
2001	73	79%	19	21%	92
2002	52	61%	33	39%	85
2003	34	45%	41	55%	75
2004	32	37%	54	63%	86
2005	35	35%	64	65%	99

FONTE: Censo Escolar/1993/2005

Apesar de percebermos um considerável aumento no atendimento da Educação Infantil, entendemos que a educação de crianças de 0 a 5 anos de idade, não se dá

apenas na escola. Efetiva-se na família, na comunidade e nas instituições, as quais vêm se tornando cada vez mais intercomplementares, o que reafirma as orientações da Declaração Mundial de Educação para Todos, (Jomtien, Tailândia; 1990). Para complementar o atendimento a esta área a Prefeitura Municipal, desenvolve o Programa Primeira Infância Melhor desde 2003, para atender gestantes e crianças de 0 a 3 anos de idade em atendimento individual e 4 a 6 anos em atendimento grupal.

Apesar dos avanços garantidos pela nova legislação brasileira, a Educação Infantil ainda enfrenta obstáculos, sejam políticos, administrativos, pedagógicos ou sócio-econômicos. Um deles diz respeito precisamente aos recursos e com a implantação do FUNDEF em 1998, recursos que anteriormente vinham sendo aplicados na Educação Infantil, passaram a ser transferidos por estados e municípios ao Ensino Fundamental, já que a lei obriga a subvinculação de 15% dos impostos municipais e estaduais a este nível específico de ensino.

Dado ao exposto, a Educação Infantil no município de Derrubadas precisa assinalar condições de vida e de desenvolvimento intelectual das crianças. As contingências que a sociedade impõe, como a pobreza, a desnutrição, as precárias condições de moradia, o difícil acesso às escolas, precisam ser enfrentadas com atitudes abrangentes tendo a escola como possibilidade de superação desses problemas sociais.

1.1.1.2. Diretrizes

A educação infantil, como primeira etapa da educação básica, deve, em conjunto com as famílias, assegurar a vivência da infância e o desenvolvimento das dimensões intelectual, física, emocional, espiritual, cultural e afetiva do ser humano. Para tanto, precisa ser assegurada pelo Estado como uma política básica, universalizada, garantida na Constituição Federal, no ECA, na LDB e em legislações decorrentes e regulamentadas pelo regime de colaboração efetiva entre União, Estado e Município com unificação de diretrizes político-pedagógicas, integração de programas e complementação de financiamento.

A busca por uma educação infantil de qualidade exigirá a elaboração de uma proposta pedagógica com a conseqüente organização de espaços adequados, conforme previsto na legislação. Assim os sistemas de ensino e/ou entidades mantenedoras estabelecerão parâmetros referentes à supervisão, ao controle, à avaliação e ao atendimento ao educando.

O Poder Público também oportunizará aos educadores a formação para os profissionais que não tenham habilitação específica, na modalidade normal ou em nível superior, bem como terá, junto com as demais mantenedoras, a preocupação com a formação continuada e com a atualização permanente dos professores, priorizando o quadro próprio.

A adequação da infra-estrutura física faz-se necessária, tendo em vista a garantia da ampliação da oferta de vagas e a compatibilização com a faixa etária da população alvo. Para tanto, será respeitada a vinculação constitucional de recursos financeiros para a educação, asseguradas as fontes específicas para a educação infantil.

Por outro lado, cabe ressaltar a mobilização de ações que promovam a integração de portadores de necessidades educacionais especiais, ancorada em implantação de mecanismos e de espaços para apoio pedagógico.

A fim de que se possa preparar a criança para ingressar no ensino regular, é necessário o empenho de todos os atores sociais envolvidos na primeira etapa da educação básica, o que só será obtido se o educando puder exercer seu papel de protagonista e investigador autônomo e expressivo. É seu direito brincar, estabelecer vínculos afetivos e de troca com outras crianças e com adultos, utilizar diferentes linguagens e expressar sentimentos, pensamentos, desejos e necessidades. Enfim é a etapa que estabelece as bases da personalidade humana, da inteligência, da vida emocional e social. Considerando que as primeiras experiências da vida são as que marcam mais profundamente a pessoa.

1.1.1.3. Objetivos e Metas

- Promover o desenvolvimento integral da criança em seus aspectos físico, psíquico, moral e social, incentivando a criatividade, a autonomia, as relações de respeito e de solidariedade a partir dos valores humanos, complementando, assim, a ação da família.

- Contribuir para o desenvolvimento das relações interpessoais de ser e de estar com os outros em uma atividade básica de aceitação, de respeito e de confiança, no exercício da cidadania.

- Promover atividades que levem a criança a desenvolver sua identidade, assim como auto-imagem positiva e sentimento de confiança em si mesma e nas próprias capacidades.

- Estabelecer políticas públicas de atendimento às necessidades de educação infantil em nível municipal e em parceria estadual, embasadas em diagnóstico.

- Unificar diretrizes político-pedagógicas, integrar programas e complementar financiamento quando necessário, em regime de colaboração entre União, Estado e Municípios.

- Ampliar a oferta de educação infantil de forma a possibilitar o atendimento das crianças que dela necessitarem.

- Estabelecer uma política para a educação infantil, com base nas diretrizes nacionais, nas normas complementares estaduais e nas sugestões dos referenciais curriculares nacionais.

- Estabelecer parcerias com instituições de Ensino Superior e outras instituições que tenham experiências na área, a fim de desenvolver um sistema de acompanhamento da educação infantil, nos estabelecimentos públicos, visando ao apoio técnico-pedagógico para a melhoria da qualidade e à garantia do cumprimento dos padrões mínimos estabelecidos pelas diretrizes nacionais e estaduais.

- Assegurar que as instituições de educação infantil tenham formulado, com a participação dos profissionais da educação nele envolvidos, seu projeto pedagógico.

- Efetivar mecanismos de colaboração entre os setores de educação, saúde e assistência social no sentido de atender as necessidades mínimas para o bem-estar da criança.

- Assegurar que os professores que trabalham com a Educação Infantil possam se qualificar e buscar formação adequada a esta área.

- Estabelecer parcerias entre as redes estadual, municipal e particular de ensino, para a promoção de cursos de capacitação de professores de educação infantil.

- Executar programa de formação em serviço, no município ou por grupos de municípios, preferencialmente em articulação com instituições de ensino superior, com a cooperação técnica e financeira da União, do Estado e dos Municípios, para a atualização permanente dos profissionais que atuam na educação infantil, bem como para a formação do pessoal auxiliar.

- Implantar o atendimento para as crianças de zero a três anos, em escola de educação infantil (creche).

- Assegurar infra-estrutura necessária para um trabalho pedagógico de qualidade, desde a construção física até os espaços de recreação e ludismo e a adequação de equipamentos nas escolas existentes, assim como naquelas a serem criadas.

- Elaborar padrões mínimos de infra-estrutura, a partir da vigência deste plano, para o funcionamento adequado das instituições de educação infantil (creches e pré-escolas) públicas que, respeitando as diversidades locais assegurem o atendimento das características das distintas faixas etárias e das necessidades do processo educativo quanto a:

- a) espaço interno com iluminação, insolação, ventilação, visão para o espaço externo, rede elétrica, segurança, água potável, esgotamento sanitário;

- b) instalações sanitárias adequadas para higiene pessoal da criança;

- c) instalações para preparo e/ou serviço de alimentação;

- d) ambiente interno e externo para o desenvolvimento das atividades, conforme as diretrizes curriculares e a metodologia da educação infantil, incluindo o repouso a expressão livre, o movimento e o brincar;

- e) mobiliário, equipamentos e materiais pedagógicos;

- f) adequação às características das crianças especiais.

- Garantir projetos e/ou programas suplementares de alimentação escolar, material didático e assistência à saúde, que atendam às necessidades das crianças.

- Instituir ações sócio-educativas mediante parcerias entre as Secretarias da Educação, Saúde e Assistência Social para assegurar o atendimento, o acesso e a permanência das crianças em situação de vulnerabilidade social.
- Incluir os alunos da educação infantil no programa de transporte escolar, respeitando critérios estabelecidos na legislação vigente.
- Promover ações junto ao governo federal para conseguir os valores “per capita” destinados à merenda escolar, a fim de que se qualifique esse atendimento.
- Criar e manter creches e pré-escolas para atendimento a dependentes de trabalhadores rurais e urbanos, conforme art. 7º, XXV, da Constituição Federal.
- Promover a inclusão de crianças com necessidades educacionais especiais pelo trabalho de educação preventiva, pela estimulação precoce, pela garantia de acessibilidade, assim como pelo suporte pedagógico aos professores.
- Assegurar que, além de outros recursos municipais, os 10% dos recursos de manutenção e desenvolvimento do ensino não vinculados ao FUNDEF sejam aplicados, preferencialmente, na educação infantil, incluindo essa modalidade no repasse de recursos federais.
- Manter com a cooperação técnica e financeira da união e do Estado, Programas de Educação Pré-escolar e Ensino Fundamental.

1.1.2. Ensino Fundamental e EJA

1.1.2.1. Diagnóstico

O Ensino Fundamental, 2ª etapa da Educação Básica, é obrigatório e gratuito – LDB Art. 4º inciso I, e Constituição Federal Art. 208 inciso I, competindo ao município e ao Estado recensear a população em idade escolar para o Ensino Fundamental e os jovens e adultos que a ele não tiveram acesso. É básico na formação do cidadão, pois o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo constituem meios para o desenvolvimento da capacidade de aprender e de se relacionar no meio social e político.

A exclusão da escola de crianças na idade própria, seja por negligência do Poder Público, seja por omissão da família e da sociedade, é a forma mais perversa e

irremediável de exclusão social, pois nega o direito elementar da cidadania, reproduzindo o círculo da pobreza e da marginalidade e alienando milhões de brasileiros de qualquer perspectiva de futuro. A consciência desse fato e a mobilização social que dela decorre têm promovido esforços coordenados das diferentes instâncias do Poder Público, que resultam numa evolução muito positiva do sistema de ensino fundamental como um todo, em termos tanto de cobertura quanto de eficiência.

No município de Derrubadas podemos ver, conforme a tabela abaixo dados, apontando a realidade da população que frequenta a escola no Ensino Fundamental, do período de 1993 a 2005, inclusive em turma de EJA – Ensino Fundamental:

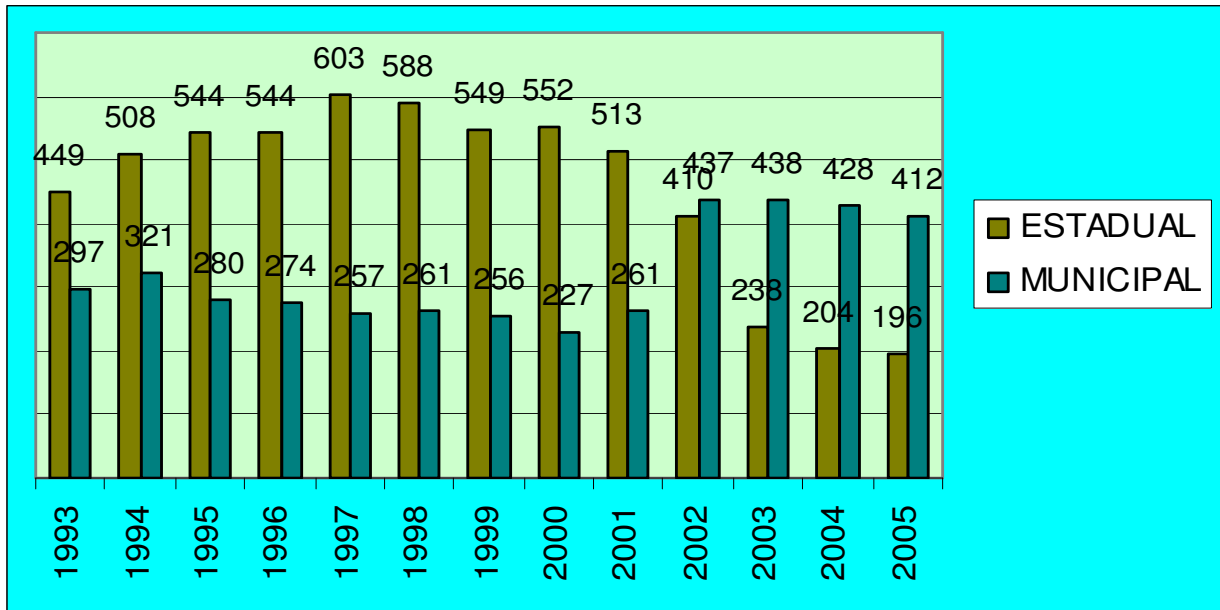
Tabela 3 – Evolução da matrícula no Ensino Fundamental e EJA – na Rede Municipal e Estadual

ANO	ESTADUAL		MUNICIPAL		TOTAL
	ENS. FUND.	EJA	ENS. FUND.	EJA	
1993	449	-	297	-	746
1994	508	-	321	-	829
1995	544	-	280	-	824
1996	544	-	274	-	818
1997	603	-	257	-	860
1998	588	-	261	-	849
1999	549	-	256	-	805
2000	552	-	227	-	779
2001	513	-	261	-	774
2002	410	-	437	-	847
2003	238	08	438	-	684
2004	204	20	428	-	652
2005	196	46	412	-	654

FONTE: Censo Escolar 1993/2005

Para melhor observarmos esses dados podemos utilizar o gráfico a seguir:

Figura 2: Variação das Matrículas do Ensino Fundamental, nas Redes Municipal e Estadual, no período de 1993 a 2005.



Percebemos que nos dois últimos anos citados, houve um considerável aumento na matrícula da Rede Municipal de Educação, um dos fatores que possibilitou esse aumento foi a criação de uma escola na sede do município que passou a atender alunos na Educação Infantil e Ensino Fundamental completo.

Considerando ainda a exclusão de crianças da escola, na idade própria, seja por falha do Poder Público, seja por omissão da família e da sociedade levou o município de Derrubadas a criar meios para suprir esta demanda. A adesão a Programas de Alfabetização de Jovens e Adultos além da criação de turmas de Educação de Jovens e Adultos – EJA tem contribuído fortemente para garantir o acesso destes à Educação, que é um Direito de todos. Em Derrubadas foi implantada a EJA em 2003, na rede Estadual, a fim de garantir a conclusão do Ensino Fundamental e também Médio àqueles que por um motivo ou outro não a conseguiram em idade regular.

Quanto à evasão e reprovação no Ensino Fundamental e EJA- Ensino Fundamental, podemos observar os seguintes dados:

Tabela 4 – Evolução das taxas de evasão e reprovação na rede estadual e municipal de Derrubadas, nas duas etapas do Ensino Fundamental(1ª a 4ª e 5ª a 8ª séries) e EJA.

ANO	REPROVAÇÃO			EVASÃO			TOTAL
	1ª a 4ª	5ª a 8ª	EJA	1ª a 4ª	5ª a 8ª	EJA	
1993	34	12	-	14	20	-	80
1994	69	25	-	26	24	-	144
1995	77	40	-	13	28	-	158
1996	62	42	-	14	16	-	134
1997	50	31	-	08	22	-	111
1998	53	36	-	11	27	-	143
1999	38	31	-	04	35	-	130
2000	41	39	-	-	39	-	154
2001	36	13	-	01	39	-	113
2002	30	14	-	-	09	-	70
2003	33	34	02	02	09	00	80
2004	46	34	06	01	05	03	95
2005	38	26	16	-	03	00	83

Fonte: Relatórios Estatísticos e Censo Escolar

Tabela 05: Evolução das Taxas de Evasão e Reprovação na Rede Estadual e Municipal – Derrubadas/RS, 1993 – 2005.

ANO	ESTADUAL			MUNICIPAL		
	EVASÃO	REPROV.	TOTAL	EVASÃO	REPROV.	TOTAL
1993	25	34	59	09	12	21
1994	33	50	83	17	44	61
1995	38	77	115	03	40	43
1996	23	75	98	07	29	36
1997	30	58	88	-	23	23

“Continuação”

Tabela 05: Evolução das Taxas de Evasão e Reprovação na Rede Estadual e Municipal – Derrubadas/RS, 1993 – 2005.

ANO	ESTADUAL			MUNICIPAL		
	EVASÃO	REPROV.	TOTAL	EVASÃO	REPROV.	TOTAL
1998	44	62	106	08	29	37
1999	56	58	114	-	16	16
2000	57	72	129	01	24	25
2001	61	26	87	02	24	26
2002	23	16	39	-	31	31
2003	11	21	32	-	46	46
2004	06	11	17	-	69	69
2005	03	12	15	-	52	52
TOTAL	410	572	982	47	439	486

Fonte: Relatórios Estatísticos SMECD.

Verifica-se nas tabelas 4 e 5 que apesar de todo o processo de evolução da educação básica do município, tanto da rede municipal quanto da rede estadual, é motivo de preocupação de todos os envolvidos, os números referente a evasão e repetência. Salienta-se a necessidade de regularizar o fluxo escolar, reduzindo as taxas de repetência e extinguindo a evasão. Para tanto, é necessário uma melhoria nos programas de aceleração da aprendizagem, de recuperação paralela, entre outras, para que se possa garantir uma efetiva aprendizagem.

1.1.2.2 Diretrizes

A Constituição de 1988 prevê a garantia de oferta de ensino fundamental a todos os brasileiros, inclusive para todos os que a ele não tiveram acesso na idade própria. É básico na formação do cidadão, pois, de acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, em seu art. 32; o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo

constituem meios para o desenvolvimento da capacidade de aprender e de se relacionar tanto social quanto politicamente.

Além de ser prioridade a oferta de ensino fundamental a toda a população do estado, é ponto crucial deste Plano Municipal de Educação a erradicação do analfabetismo, inclusive com turmas da EJA, de modo que garanta o acesso e a permanência, na escola, de todos, crianças, jovens e adultos, que ainda se encontrem em situação de não-escolaridade. Para tanto, há que se promover a continuidade do processo de democratização do ensino fundamental, garantindo o acesso e a permanência do educando na escola, proporcionando a ele as condições necessárias para que obtenha êxito, sem discriminação de qualquer natureza.

Tal norte só se efetivará caso se tiverem, como ponto de partida, concepções pedagógicas embasadas nas ciências da educação, as quais valorizem um paradigma curricular que possibilite a transdisciplinaridade e os temas vinculados ao contexto da maioria da população. Esse posicionamento abrirá novas perspectivas no desenvolvimento de habilidades para dominar o mundo que ora se desenha.

Para que se tenha um ensino fundamental de qualidade, não bastam apenas ações pedagógicas. Há, também, a necessidade de se destinarem verbas para adaptação das escolas aos padrões mínimos de infra-estrutura, já previstos no Plano Nacional de Educação. Há que se contemplar a reforma e a manutenção de prédios, a atualização e a ampliação de acervo das bibliotecas, o mobiliário, os equipamentos pedagógicos e os recursos tecnológicos.

Nas ações que busquem minimizar as diferenças sociais e econômicas da população, é importante que se amplie o atendimento escolar. A adoção progressiva de turno integral e a criação de classes de aceleração são modalidades inovadoras na tentativa de solucionar a universalização do ensino e minimizar a repetência, cabe ao município pensar esta possibilidade.

A educação, neste nível de ensino, precisa ser fator de integração social, em que a inclusão de portadores de necessidades educacionais especiais no ensino regular seja realizada com o atendimento de profissionais docentes e multidisciplinares qualificados e com a oferta de recursos físicos e pedagógicos adequados.

Outrossim, a escola, no meio rural, requer um tratamento diferenciado, pois a oferta de ensino fundamental precisa chegar a todos os recantos do município. Sendo oferecido dentro das possibilidades e condições do mesmo.

Nesse contexto, sobressai a necessidade de valorização do aluno em sua totalidade. Privilegiar a aprendizagem e o desenvolvimento do educando através de um trabalho contínuo, integrado e contextualizado no processo de construção do conhecimento, de modo a se oferecer uma educação humanizadora, deve contar, também, com a participação da comunidade, em que se possa construir uma educação comprometida com o desenvolvimento social.

1.1.2.3 Objetivos e Metas

- Universalizar o atendimento de qualidade a toda a clientela do ensino fundamental, garantindo o acesso e a permanência de todas as crianças na escola.

- Ampliar para nove anos a duração do ensino fundamental obrigatório com início aos seis anos de idade, à medida que for sendo universalizado o atendimento.

- Garantir paradigmas curriculares que contemplem a transdisciplinariedade, com o objetivo de se trabalharem as diferenças étnico-culturais, os temas transversais emanados das Diretrizes Curriculares Nacionais e os temas relevantes previstos neste Plano Municipal de Educação.

- Priorizar a alfabetização como um processo ao longo de todo o ensino fundamental, entendendo o compromisso como de todas as áreas do conhecimento.

- Dotar as escolas de infra-estrutura (com recursos humanos, materiais e financeiros) para desenvolver projetos na área de educação ambiental, que, tratada como tema transversal, será desenvolvida como uma prática educativa integrada, contínua e permanente.

- Desenvolver a educação sexual e a prevenção ao uso de drogas como práticas educativas integradas, contínuas e permanentes.

- Estabelecer vínculo permanente entre as escolas de educação básica, universidades e outras instituições afins, para suprir as necessidades dos professores quanto à formação e à qualificação docentes.

- Investir na formação permanente e continuada dos profissionais do ensino fundamental como um direito coletivo da própria jornada de trabalho, privilegiando a escola como local para essa formação.

- Qualificar a formação dos profissionais da educação para desenvolver a política de inclusão dos alunos com necessidades educacionais especiais.

- Elaborar padrões mínimos de infra-estrutura física para o ensino fundamental, compatíveis com o tamanho dos estabelecimentos de ensino e com as realidades regionais, incluindo, além dos recursos humanos necessários, as disposições do Plano Nacional de Educação.

- Autorizar reformas, ampliações de escolas, a fim de atender a demanda de alunos com qualidade.

- Manter parceria com o MEC no programa de avaliação do livro didático, ampliando, progressivamente, a sua oferta a todos os alunos para todas as séries do ensino fundamental.

- Implementar os estabelecimentos escolares com obras de literatura, textos científicos, obras básicas de referência e livros didático-pedagógicos de apoio ao professor e aos alunos.

- Prover de transporte escolar às zonas rurais, quando necessário, com colaboração financeira da União e do Estado, de forma a garantir a escolarização dos alunos e o acesso à escola pelo professor.

- Garantir, com a colaboração da União e do Estado o provimento de alimentação escolar equilibrada, garantindo os níveis calórico-protéicos por faixa etária.

- Prover, além dos recursos humanos e materiais, programas especiais, preferencialmente para as crianças das famílias de menor renda, apoio às tarefas escolares, à prática de esportes e atividades artísticas.

- Regularizar o fluxo escolar a fim de reduzir as taxas de repetência e de evasão por meio de programas de aceleração da aprendizagem, de recuperação paralela ao longo do curso e de recursos materiais e humanos, garantindo efetiva aprendizagem.

- Incluir, em turmas regulares, alunos portadores de necessidades especiais, ou atendimento em escolas especializadas(APAEs, classes especiais), quando necessário.

- Realizar parcerias e manter diálogo constante com a comunidade escolar, a fim de que todos possam participar e se comprometer com o desenvolvimento dos alunos.
- Promover a participação da comunidade na gestão das escolas, universalizando a instituição dos conselhos escolares ou órgãos equivalentes.
- Possibilitar a qualificação e a inclusão social por meio do acesso às novas tecnologias educacionais.
- Oportunizar oficinas artísticas, pedagógicas, técnicas, profissionalizantes em turno inverso ao período escolar, aos alunos interessados.
- Auxiliar com verbas para a Educação de Jovens e Adultos no que se refere ao transporte escolar, inclusive para os portadores de necessidades especiais.
- Manter parceria com o Estado e União em programas de Alfabetização de Jovens e Adultos, no que se refere a transporte escolar, material didático, alimentação, espaço físico.

1.1.3 Ensino Médio e EJA

1.1.3.1 Diagnóstico

A oferta de Ensino Médio passou a ser oferecida em Derrubadas no ano de 1998, atendendo a 1ª série na rede estadual de ensino.

A taxa de crescimento da matrícula do ensino médio regular, na rede estadual, no período de 1998 a 2005, sofreu oscilações, considerando a matrícula gradativa em todas as séries .

A seguir temos uma apresentação dos números relativos a esses dados, incluindo atendimento em turmas de EJA.

Tabela 6 – Evolução da matrícula inicial no Ensino Médio e EJA – Ensino Médio

ANO	NÚMERO DE ALUNOS			
	1º ANO	2º ANO	3º ANO	EJA
1998	82	-	-	-
1999	68	63	-	-
2000	77	58	60	-
2001	100	51	34	-

“Continuação”

Tabela 6: – Evolução da matrícula inicial no Ensino Médio e EJA – Ensino Médio

ANO	NÚMERO DE ALUNOS			
	1º ANO	2º ANO	3º ANO	EJA
2002	75	61	43	-
2003	60	45	53	36
2004	71	38	46	39
2005	67	48	30	36
TOTAL	600	364	266	111

Fonte: Censo Escolar e Registros Estatísticos

O município de Derrubadas conta com apenas uma escola que atende o Ensino Médio do 1ª ao 3ª ano, além de turmas de EJA que atendem esse nível. Quanto aos índices de reprovação e evasão podemos observar o seguinte quadro:

Tabela 7 – Evolução da taxa de evasão e reprovação do Ensino Médio e EJA – Ensino Médio

ANO	REPROVAÇÃO				EVASÃO				TOTAL
	1º	2º	3º	EJA	1º	2º	3º	EJA	
1998	02	-	-	-	14	-	-	-	16
1999	05	-	-	-	10	07	-	-	22
2000	09	05	02	-	11	06	02	-	35
2001	-	01	-	-	16	04	03	-	24
2002	03	-	-	03	09	03	02	04	24
2003	08	02	02	03	09	03	04	02	33
2004	-	03	-	02	12	02	01	07	27
2005	10	03	-	00	02	05	-	11	31

Fonte:Relatórios Estatísticos

1.1.3.2 Diretrizes

O ensino médio é considerado uma extensão do ensino fundamental na medida em que dá continuidade à formação do educando iniciada neste nível. Sua oferta será fundamentada em uma educação humanizadora e contextualizada que atenda as

aspirações e as necessidades do educando, o que contribuirá para a construção de uma sociedade justa, solidária e pacificadora que respeite as diferenças e minimize a segmentação social, possibilitando a inserção de todos no processo produtivo e no mundo do trabalho.

É competência do Estado o atendimento a adolescentes, a jovens e adultos no ensino médio, assegurando-lhes o acesso a este nível e a sua permanência nela. Para que isso realmente se efetive, proceder-se-á à geração de incentivos e à retirada de todos os obstáculos para que jovens e adultos permaneçam no sistema escolar e concluam a educação básica com uma sólida formação geral, sob a forma de consolidação e de aprofundamento dos conhecimentos adquiridos no ensino fundamental. O município por sua vez pode auxiliar, na medida do possível, com ações que venham a garantir e melhorar a oferta.

Sabe-se que uma educação de qualidade pressupõe políticas sistemáticas e eficazes como garantia da existência e da atuação de profissionais habilitados e qualificados na sua área específica, com formação inicial e continuada. Para tanto, as políticas públicas educacionais deverão visar à valorização do professor, do especialista de educação e dos demais profissionais envolvidos no processo educacional.

1.1.3.3 Objetivos e metas

-Incentivar o acesso e a permanência de adolescentes, jovens e adultos no ensino médio, auxiliando nas condições de acesso com qualidade.

-Acompanhar políticas de incentivo às escolas que oferecem este nível, no sentido de garantir a formação de alunos que possam interagir e intervir na sociedade exercendo sua cidadania, desenvolvendo suas habilidades e potencialidades.

-Elaborar projetos em parceria entre o Município, Estado e União que incentivem a prática de atividades artístico-culturais, esportivas e recreativas.

-Promover estratégias de incentivo e motivação para que todos os alunos concluam o Ensino Médio estando aptos a entrar no mercado de trabalho ou prosseguir em estudos superiores.

-Manter parceria com outras secretarias e órgãos municipais e estaduais, no sentido de desenvolver programas de conscientização, prevenção ou simplesmente de informação nas escolas de nível médio deste município.

-Incluir o ensino médio no programa do livro didático.

-Prover transporte escolar aos alunos do ensino médio, do meio rural, de forma a garantir a sua escolarização, através de parceria da União e do Estado e município.

-Incentivar e apoiar a criação de curso profissionalizante na área de turismo e educação rural, a fim de melhor explorar as riquezas nesta área além de incentivar a permanência de jovens neste município.

-Oportunizar aos alunos do Ensino Médio/ Normal o cumprimento de estágios supervisionados em escolas deste município.

- Desenvolver a educação sexual e a prevenção ao uso de drogas como práticas educativas integradas, contínuas e permanentes.

- Incluir, em turmas regulares, alunos portadores de necessidades especiais.

- Auxiliar com verbas para a Educação de Jovens e Adultos no que se refere ao transporte escolar, inclusive para os portadores de necessidades especiais.

2 MODALIDADES DE ENSINO

2.1 Educação Especial

2.1.1 Diagnóstico

A Constituição Federal de 1988, a LDB nº 9394/96 têm garantido avanços na área de Educação Especial, dando legitimidade e acessibilidade à pessoa com necessidades educacionais especiais. Entretanto, não existe ainda o pleno cumprimento da legislação no sentido de universalizar o atendimento de crianças, jovens e adultos com necessidades educacionais especiais. Existe uma necessidade premente de que se qualifique a escola nos aspectos de gestão, recursos humanos, condições arquitetônicas e curriculares para que esta, gradativamente, possa constituir-se numa escola inclusiva.

2.1.2 Diretrizes

A educação especial tem como princípio norteador o respeito às diferenças e se alicerça na concepção e na busca concreta de uma inclusão responsável, que concebe educando com necessidades educacionais especiais em sua totalidade humana, levando em consideração não só seus aspectos orgânicos mas, principalmente, suas condições psicológicas, sociais, econômicas e familiares. Considerada uma modalidade educação escolar, é oferecida tanto em espaços específicos, como em classes regulares nos diferentes níveis de ensino pela inclusão, que não deve ser pensada como algo estranho ao Sistema Regular de Ensino, pois dele faz parte e o completa. Respeita diferentes etapas de desenvolvimento do educando, faixas etárias, modalidades e níveis de ensino.

A educação especial deve ser permanentemente construída e reconstruída a partir das singularidades e necessidades especiais das pessoas no âmbito educacional originadas quer de característica como ser surdo, ter condutas típicas ou altas habilidades/superdotação. A inclusão responsável tem ainda, como princípio, consideração à singularidade de cada um dos sujeitos com necessidades especiais, de

forma que estes tenham acompanhamento sistemático, não só de professores, mas também de professores especialistas e, quando necessário, de profissionais da área da saúde.

A inclusão responsável do educando com necessidades educacionais especiais vai além da mera oportunização de acesso ao Sistema Educacional. Leva em consideração as diferenças, necessidades e possibilidades de cada sujeito, buscando garantir-lhe o direito à construção do conhecimento em classes comuns do ensino regular, com ou sem apoio em salas de recursos, em classes especiais e em escolas especiais.

A inclusão dos alunos com necessidades especiais na rede de ensino regular não implica, de forma alguma, o término ou a desativação das escolas especiais. Tais escolas sempre serão necessárias, devido à variedade de casos ocorrentes na educação especial.

O grande desafio a ser enfrentado é operacionalizar, plano político-pedagógico, a inclusão de modo que todos os alunos, independentemente de classe, raça, gênero, sexo, características individuais ou necessidades educacionais especiais, possam aprender juntos em uma escola de qualidade. No entanto, para que isso aconteça, é essencial a formação de recursos humanos aptos ao atendimento da demanda das necessidades educacionais especiais, desde o nascimento até a idade adulta, ou até sua parcial ou total autonomia. Os professores especializados devem estar qualificados para identificar alunos em suas singularidades, diferenciando os portadores de deficiências, daqueles que possuem dificuldades de aprendizado comuns, como problemas de dispersão e atenção, ou problemas disciplinares, de forma que a prática perversa de colocar nas classes especiais todos os inadaptados à escola acabe. Não só os professores precisam ser preparados, mas é indispensável, também, que lhes seja disponibilizado o material adequado.

Por serem complexas as questões envolvidas no aprendizado e no desenvolvimento das crianças, jovens e adultos com necessidades especiais, não há possibilidade de qualquer secretaria atuar isoladamente. É essencial a articulação e a cooperação entre as Secretarias de Educação, Saúde, Assistência Social e outras organizações voltadas a isso.

2.1.3 Objetivos e metas

- Auxiliar em ações a fim de promover educação a portadores de necessidades educacionais especiais em escolas regulares, nos diferentes níveis e modalidades de ensino, bem como em salas de recursos, em classes especiais ou em escolas especializadas.

- Dotar recursos no orçamento municipal para a educação especial.

- Adequar na medida do possível os prédios escolares para possibilitar o acesso de pessoas portadoras de necessidades especiais.

- Disponibilizar na medida do possível transporte escolar aos alunos portadores de necessidades especiais.

- Flexibilizar os currículos, metodologias de ensino, recursos didáticos e processos de avaliação, tornando-os adequados ao aluno com necessidades educacionais especiais de todas as ordens, em consonância com o projeto político-pedagógico da escola.

- Assegurar a continuidade do apoio financeiro às instituições, com atuação exclusiva em educação especial, que realizem atendimento de qualidade.

- Estabelecer mecanismos de cooperação entre órgãos governamentais para o desenvolvimento de programas de qualificação profissional para alunos com necessidades especiais.

- Oportunizar ao professor, momentos de formação na área de educação especial, a fim de melhorar e aperfeiçoar sua prática.

3 TEMAS RELEVANTES

As Diretrizes Nacionais da Educação brasileira, apontam a necessidade de se trabalhar temas relevantes que considerem as peculiaridades geográficas, sociais, históricas e culturais.

Neste sentido elegemos como temas relevantes a serem trabalhados nas escolas, a educação ambiental, o estudo da cultura afro-brasileira, as questões referentes a gênero, ensino no meio rural, ensino religioso e educação para o turismo. Tais temas deverão manter as características de transversalidade e serão trabalhados em todos os níveis e modalidades de ensino.

A consciência ecológica visa à constituição da cidadania e de uma cultura de paz e não violência nas escolas. Além disso entende-se que o trabalho nesta área é emergente e necessário, considerando nossa região com uma grande riqueza ecológica e ambiental, onde a preservação e conservação é necessária.

Em relação ao estudo da cultura afro-brasileira percebe-se a importância de trabalhá-la devido a miscigenação existente em nossa cultura, a qual apresenta uma grande riqueza de manifestações. Igualmente deve ser considerada a questão de gênero, a qual diante de uma sociedade machista merece maior atenção. Uma visão múltipla, intercultural, pode facilitar a construção de uma sociedade mais justa, livre de todas as formas de preconceito e discriminação, em especial da discriminação racial. Além disso o interesse em abordagens relativas a gênero, como categoria socialmente construída, reflete a necessidade de um reexame de valores.

Além desses temas, recebe atenção especial também o ensino religioso, a educação para o turismo e o ensino no meio rural.

No que diz respeito ao Ensino Religioso, deve ser ministrado com respeito ao pluralismo religioso-cultural do povo brasileiro. Seu objeto de estudo é o fenômeno religioso e tem por finalidade a educação da dimensão religiosa do ser humano e a construção de sociedades justas, pacíficas e solidárias.

A educação voltada ao turismo é algo também necessário considerando que vive-se em um município de forte riqueza nesta área e, sua exploração consciente resultaria em mais uma fonte de desenvolvimento local e regional em diferentes aspectos.

O enfoque em educação no meio rural justifica-se pelo grande número de abandono da roça para centros urbanos que nem sempre resultam num futuro promissor. Ações ou práticas que motivem um trabalho alternativo na roça podem contribuir para um fortalecimento do meio rural. Considera-se ainda, que o município de Derrubadas é essencialmente agrícola e por conseqüência a maioria de seu alunado descende deste meio.

Os alunos residentes no interior, que não dispõem de escola ou então de série a qual devam cursar na comunidade em que residem, utilizam transporte escolar oferecido pelo Poder Público, para se dirigir até a escola mais próxima que atenda a demanda. No ano de 2000 obteve-se um gasto de R\$ 93.500,00 com transporte terceirizado, já em 2001 houve um gasto de R\$ 64.185,97 com o mesmo, atendendo 588 alunos da rede estadual e municipal, da educação infantil ao ensino médio.

A fim de exemplificar um pouco mais tal realidade, podemos observar os dados a seguir, que correspondem ao número de alunos transportados por veículos próprios ou terceirizados, no município de Derrubadas.

Tabela 8 – Uso do transporte escolar no município de Derrubadas

Anos	Número de alunos transportados				TOTAL
	Transporte terceirizado		Transporte próprio		
	Rede Municipal	Rede Estadual	Rede Municipal	Rede Estadual	
2002	140	200	125	52	517
2003	153	205	118	57	533
2004	166	171	150	49	536
2005	145	169	157	76	547
TOTAL	604	745	550	234	2.133

Fonte: Arquivos da SMECD de Derrubadas

Verifica-se na tabela 8 que o número de alunos transportados representa que a maior parcela de alunos do município, são oriundos do meio rural e que devido à nucleação de escolas, e por possuímos somente três escolas com a oferta das séries finais, do Ensino Fundamental e uma de Ensino Médio, faz-se necessário o uso do transporte escolar.

3.1 Diretrizes

Reforçando as disposições legais já existentes e considerando outros aspectos igualmente importantes, são estabelecidas como diretrizes a serem consideradas, a construção de uma nova mentalidade e a mudança de hábitos e atitudes que deverão passar por um processo contínuo e permanente de sensibilização e de conscientização do indivíduo na escola e fora dela, em processos formais e não-formais. É necessário que essas questões sejam trabalhadas sob um enfoque humanista e democrático. No entanto para que se cumpram tais ações é necessário trabalhar essas questões na formação, capacitação e atualização de profissionais; estabelecer parcerias interinstitucionais tornando possível a execução de tais ações.

Por outro lado o conhecimento não poderá ser construído isolado da realidade sócio-histórica, pois a vida no espaço e no tempo resulta das relações de causa e efeito. Deverá ser sustentado pelos quatro pilares da aprendizagem:

- a) aprender a conhecer;
- b) aprender a fazer;
- c) aprender a conviver;
- d) aprender a ser na sensibilização, na cooperação, na solidariedade e na participação.

Esses pilares da aprendizagem sustentarão uma educação inclusiva de qualidade.

3.2 Objetivos e metas

- Inserir a dimensão ambiental, as questões de raça, gênero e credo, de forma permanente e transdisciplinar nos currículos e nos planos de estudo nos níveis e modalidades de ensino e nos diferentes projetos desenvolvidos nas instituições de ensino.

- Revisar, avaliar e renovar periodicamente currículos e planos de estudo dos diferentes níveis e modalidades de ensino adequando-os às necessidades do momento e contemplando as temáticas acima citadas.

- Desenvolver ações de educação ambiental que contemplem atividades de preservação, conservação e recuperação de recursos hídricos, fauna e flora, através de parcerias.

- Garantir que a história do povo afro-brasileiro seja trabalhada nos cursos de formação de professores, visto ser este território espaço de origem de significativa parcela do povo brasileiro.

- Propiciar espaços de reflexão, no ambiente escolar sobre sexualidade, gênero e etnia.

- Trabalhar valores femininos em sala de aula, a fim de reforçar o papel da mulher na sociedade, sob a ótica da história, da literatura, do ensino religioso e de áreas afins.

- Proporcionar à comunidade escolar a busca de subsídios culturais, a fim de suprir suas necessidades e com isso contribuir para o desenvolvimento sustentável.

- Construir conhecimentos a partir de vivências do cotidiano dos trabalhadores do meio rural para atender suas necessidades de vida e de trabalho.

- Apoiar projetos pedagógicos que ampliem a permanência do aluno na escola e na comunidade, com atividades educativas voltadas à realidade rural.

- Fortalecer a auto-estima do agricultor, estimulando-o a compreender-se como um profissional do meio rural.

- Garantir o transporte escolar a todos os alunos que dele necessitem.

- Construir com a comunidade uma proposta pedagógica voltada à realidade, superando a fragmentação do currículo, respeitando as diferentes metodologias que considerem os sujeitos com suas histórias e vivências.

- Adequar conteúdos e metodologias voltadas às reais necessidades dos alunos do meio rural.

- Efetivar o cumprimento dos dispositivos legais concernentes ao ensino religioso em todas as instituições educativas, das diferentes redes escolares.

4 FORMAÇÃO DE PROFESSORES E VALORIZAÇÃO DO MAGISTÉRIO

4.1 Diagnóstico

A qualificação do pessoal docente é um dos maiores desafios colocados ao Poder Público. O investimento na qualificação e na valorização do magistério é uma forma de assegurar acesso a oportunidades de exercício da cidadania bem como à melhoria da qualidade do ensino. É importante e necessário caracterizar o papel dos profissionais do magistério na comunidade escolar, propiciar condições adequadas de trabalho e fortalecer o comprometimento dos professores com sua função social.

A valorização do magistério só pode ser obtida por meio de uma política que implica simultaneamente a formação profissional inicial, as condições de trabalho, salário e carreira e a formação continuada.

Como estratégia para que essa valorização ocorra, é importante promover a adequação do Plano de Carreira do Magistério à legislação vigente de forma a garantir a sua valorização e atenderas demandas das políticas públicas de educação. Isso é possível através da garantia de continuidade e aperfeiçoamento das políticas de valorização do magistério, da formação continuada dos professores em serviço e dos servidores e da habilitação em licenciatura plena dos profissionais do magistério.

No município de Derrubadas, podemos verificar a seguinte realidade na formação de professores, considerando a formação em Nível Médio – modalidade Normal, Superior em curso, Superior completo e Pós-graduados:

Tabela 9 – Formação dos professores do município de Derrubadas – 2006

Escolas	Nível Médio	Superior em curso	Superior	Pós-graduação	Total
E. E. 23 de Setembro	-	-	02	-	02
E. E. Rosalino Prates da Cruz	01	-	-	01	02

“Continuação”

Tabela 9 – Formação dos professores do município de Derrubadas – 2006

Escolas	Nível Médio	Superior em curso	Superior	Pós-graduação	Total
E. E. Getúlio Vargas	03	-	17	09	29
Escolas Municipais	03	22	30	05	60

Fonte: Censo Escolar e Relatórios Estatísticos

*Obs.: Há professores que atuam nas duas redes e foram contabilizados em ambas

4.2 Diretrizes

A qualificação do pessoal docente apresenta-se como um dos maiores desafios para o município. A necessidade da formação inicial continuada é condição e meio para o avanço científico e tecnológico na sociedade, uma vez que a produção do conhecimento e a criação de novas tecnologias dependem do nível e da qualidade da formação das pessoas.

Na medida em que o Poder Público garanta condições adequadas de formação, de trabalho e de remuneração, os profissionais do magistério deverão ter amplo compromisso com a aprendizagem dos alunos, respeito aos educandos e a seus direitos como cidadãos em formação. Nessa configuração, deve-se prever na carreira, sistemas de ingresso, promoção, possibilidades de afastamentos para formação continuada e avaliação do desenvolvimento dos professores.

Por outro lado, também é necessário que o professor domine as tecnologias de comunicação e de informação, a fim de integrá-las à prática do magistério. O acompanhamento das mudanças por que passa a sociedade deve fazer parte da rotina de um profissional da educação voltada para o desenvolvimento de suas práticas e de seu ambiente.

Um posicionamento no sentido de abrir novas perspectivas no desenvolvimento de habilidades para dominar o mundo que ora se desenha. Essa prática só será possível na medida em que se avance nos programas de qualificação dos professores,

os quais devem ser compromissos efetivos dos sistemas de ensino e das instituições de ensino superior. O real comprometimento de todos os profissionais e gestores da educação, em todos os níveis, deve ser a base para a cidadania na busca de uma sociedade mais humana, solidária e digna, que respeite as diferenças e os direitos sociais como valores. A formação continuada dos professores deve ser uma constante, a fim de qualificar e atualizar os profissionais e principalmente melhorar sua prática.

4.3 Objetivos e metas

- Incluir nas diretrizes curriculares dos cursos de formação de docentes temas relacionados às problemáticas tratadas nos temas transversais, especialmente no que se refere à abordagem tais como gênero, educação sexual, ética, pluralidade cultural, meio ambiente, saúde e temas locais.

- Possibilitar afastamento dos professores para período de estudos (faculdade, cursos, seminários) organizando-se na escola, a fim de não trazer prejuízos aos alunos.

- Fornecer auxílio, quando possível, aos profissionais, em despesa de transporte para deslocamento às instituições de ensino (faculdade).

- Incentivar a busca pela qualificação, a fim de que todos os profissionais possam ter curso superior.

- Abrir espaço para os profissionais nas escolas realizarem o cumprimento de estágios supervisionados e o desenvolvimento de projetos ligados à educação.

5 FINANCIAMENTO E GESTÃO

5.1 Diagnóstico

Com referência à execução orçamentária, a Secretaria da Fazenda em conjunto com a Secretaria de Educação, faz a elaboração da proposta orçamentária contemplando os diversos Programas e ou investimentos a serem realizados.

O acompanhamento e o controle social dos recursos aplicados em educação, são realizados, principalmente, por quatro conselhos municipais que têm incumbências para atuar nessa área: Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério - FUNDEF, Conselho Municipal de Educação e Cultura - CMEC; Conselho Municipal de Alimentação Escolar – CAE e Conselho Municipal de Transporte Escolar.

Ao FUNDEF cabe exercer a atribuição de acompanhar a redistribuição, a transferência e a aplicação dos recursos do referido Fundo emitindo os pareceres necessários.

O Conselho Municipal de Educação e Cultura, por sua vez, tem as atribuições de zelar pelo cumprimento da legislação aplicável em educação, emitir pareceres, resoluções, acompanhar a elaboração de planos municipais de educação; manifestar-se sobre os planos de aplicação dos recursos destinados ao município e de analisar os relatórios da execução de programas de educação, desenvolvidos no município.

Ao Conselho Municipal de Alimentação Escolar compete promover, planejar e acompanhar as atividades relativas à merenda escolar; a aplicação dos recursos do programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE e demais investimentos em merenda escolar, zelando pela qualidade do atendimento, além de analisar as prestações de contas e comunicar irregularidades detectadas.

O Conselho Municipal de Transporte Escolar, age como um órgão que fiscaliza e acompanha o uso de recursos destinados ao transporte.

5.2. Diretrizes

As questões referentes ao financiamento da educação no município deverão merecer atenção especial, tendo como fundamento a responsabilidade do Poder Público de garantir o direito das crianças e dos adolescentes à educação básica pública de qualidade. A adequada provisão e a judiciosa aplicação dos recursos constituem requisito fundamental para a garantia desse direito.

Em conseqüência, a lei orçamentária municipal deverá prever, quando aprovada pelo competente Poder Legislativo e sancionada pelo Executivo, a aplicação, no mínimo, do percentual constitucional estabelecido (25%).

Por outro lado, a aplicação do referido percentual da receita de impostos deverá contemplar as atividades entendidas como de “manutenção e desenvolvimento do ensino fundamental”, conforme o definido na LDB (art. 70).

5.3. Objetivos e metas

- Aplicar no mínimo 25% da receita em despesas de manutenção e desenvolvimento do ensino fundamental, conforme dispõe a Legislação pertinente, garantindo a referida vinculação na lei orçamentária anual, a ser aprovada pelo Poder Legislativo e sancionada pelo Poder Executivo.

- Elaborar a proposta orçamentária anual da Secretaria da Educação com base em levantamentos das principais necessidades da rede escolar realizado pela Secretaria de Educação.

- Garantir, nos Planos Plurianuais, o suporte financeiro indispensável à concretização de objetivos e metas estabelecidos.

- Qualificar o funcionamento dos diferentes Conselhos, de forma a garantir o acompanhamento da aplicação dos recursos de acordo com os objetivos dos Fundos.

- Reivindicar a regularidade dos repasses de recursos do Governo Estadual e Federal para o município na área da educação, incluindo os da contrapartida da merenda, transporte escolar, salário e educação e demais recursos conveniados.

- Implantar o funcionamento dos conselhos escolares como mecanismos de participação comunitária na escola.

6 ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DO PLANO

O Plano Municipal de Educação cumpre seu papel de estabelecer as políticas de Educação para os próximos dez anos, a partir da vontade emanada de diferentes setores da comunidade que em conjunto indicaram, sugeriram, discutiram e aprovaram caminhos e decidiram por possibilidades que lhes pareceram as ideais para este momento.

Uma característica importante deste documento é sua metodologia, considerando a participação dos diversos segmentos ligados à educação, além de se poder fazer o acompanhamento do que se planejou e, também, as correções que, ao longo dos anos, se fizeram necessárias. Oriundas das exigências das novas realidades que poderão surgir, as adaptações dependerão de acompanhamento e avaliação sistemáticos.